

A DEPOSIÇÃO DE NICOLÁS MADURO

A frase pipocou na tela do celular ainda de manhã, entre um áudio de família no WhatsApp e uma propaganda do banco. Por alguns segundos, pareceu uma daquelas montagens que circulam em grupo de zap de tiozão: Trump, Caracas, operação de forças especiais, presidente venezuelano embarcado à força para Nova York, vice assumindo interinamente em Caracas por ordem relâmpago do Supremo local. Mas, à medida que as notificações de vários jornais internacionais foram chegando, o improvável começou a ganhar o peso de acontecido.

Em poucas linhas, as matérias resumiam uma história que soa ao mesmo tempo familiar e deslocada no tempo: numa operação batizada com um nome grandiloquente — Absolute Resolve, porque os nomes de guerra americanos nunca desperdiçam um adjetivo — militares dos EUA entram em Caracas, capturam Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores, e o embarcam para responder, em Nova York, a acusações de narcoterrorismo e conspiração para envio de cocaína aos Estados Unidos, penduradas desde 2020 como um mandado de prisão em suspenso.

O roteiro tem ecos claros de outras capturas que marcaram o fim de ditaduras tropicais ou regimes demonizados por Washington: Manuel Noriega arrastado do Panamá para Miami em 1989, depois de uma invasão que deixou bairros inteiros em chamas; Saddam Hussein caçado em um buraco de terra nas cercanias de Tikrit, em 2003, numa operação que virou filme, livro, simulacro de catarse moral após uma guerra construída em cima de mentiras sobre armas de destruição em massa.

Só que o tabuleiro de 2026 não é o mesmo. Mais do que uma repetição de velhos gestos imperiais, a captura de Maduro parece um experimento arriscado num mundo em que as regras de antes já foram tão violadas, reinterpretadas, torcidas e rasgadas que a expressão “ordem internacional” soa quase nostálgica. O que os EUA estão testando agora não é apenas a capacidade de derrubar um ditador incômodo; é a hipótese de que ainda podem escrever, sozinhos, a narrativa do que seja “justiça” planetária, como se 30 anos de Iraque, Afeganistão, Líbia e companhia não tivessem deixado cicatrizes, cadáveres e um ceticismo viscoso sobre cada nova “operação cirúrgica”.

Do lado de fora do presídio federal em Brooklyn, venezuelanos exilados comemoram. Há bandeiras tricolores, lágrimas, gritos de “libertad”, celulares erguidos para registrar o momento em que o algoz, agora reduzido a preso federal, atravessa grades e corredores de um prédio cinzento, famoso por superlotação, episódios de violência e apagões elétricos. Não é exatamente o cenário heroico de

uma queda de tirano: é uma burocracia de concreto, corredores estreitos e formulários carimbados. Mas, para quem fugiu da fome, da repressão, das filas intermináveis por gasolina e remédios, ver Maduro transformado em número de matrícula carcerária tem sabor de ajuste de contas com a história.

Em Caracas, porém, a cena é outra. A decisão relâmpago do Supremo — aquele mesmo que durante anos rubricou os atos de um regime que esmagou a oposição — determinando que Delcy Rodríguez assuma interinamente a presidência, não é um súbito surto de institucionalismo; é um instinto de sobrevivência. É o sistema tentando se rearranjar para continuar existindo sem o homem que ocupava a cadeira principal, como um organismo que perde um membro e, rapidamente, reorganiza o fluxo sanguíneo para não morrer.

Nesse tabuleiro já desfigurado, ninguém joga com peças inteiras. A oposição venezuelana, fragmentada por anos de disputas internas, cooptação e exílios, descobre que a queda de Maduro não aconteceu pelas vias que ela imaginava: não foi o levante popular final, não foi o pacto negociado, não foi a eleição limpa prometida e adiada. Foi um comando estrangeiro, operando à noite, sob o som distante de explosões em Caracas. Ela ganha um inimigo a menos, mas perde também parte do protagonismo na narrativa de sua própria luta.

Do lado americano, o experimento também é revelador. Há quem comemore como triunfo da guerra às drogas, como demonstração de força diante de rivais globais, como recado a Pequim e Moscou de que a doutrina Monroe ainda respira. E há quem veja, como Kamala Harris e outros críticos, um ato unilateral, juridicamente contestável, militarmente temerário, que mistura petróleo, campanha eleitoral permanente e a velha tentação de resolver problemas complexos com soluções simples disparadas de longe.

No meio, paira uma pergunta incômoda: quando um país decide atravessar fronteiras, derrubar um governante e arrastá-lo para seus tribunais, está fazendo justiça universal ou apenas estendendo extraterritorialmente o seu próprio poder? Noriega alegou, por anos, que fora sequestrado, não extraditado; sua defesa sustentou, até o fim, que o julgamento em Miami era uma espécie de teatro jurídico encobrindo uma punição política. O precedente panamenho não impediu a captura de Maduro; ao contrário, foi estudado, polido, atualizado — há artigos e análises lembrando que os tribunais americanos rejeitaram quase todas as teses de soberania invocadas pelo antigo general latino-americano.

Maduro, por sua vez, entra em cena com um roteiro parecido, mas num contexto bem mais caótico. Ele é produto e agente de um sistema que combinou chavismo, petrodólares em extinção, militarização da política, alianças com grupos criminosos e retórica anti-imperialista de manual. Contra ele, a acusação americana o enquadra como chefe de um cartel, aliado a guerrilhas e organizações

criminosas transnacionais, responsável por levar toneladas de cocaína ao mercado consumidor do norte. Ditador ou “narco-terrorista”, como preferem os promotores em Manhattan, ele se torna símbolo de algo maior: a fusão perversa entre Estado, crime organizado e geopolítica.

Enquanto isso, a Venezuela, como país, continua em suspenso. O experimento histórico não é apenas capturar um ditador em operação relâmpago: é descobrir se, após o gesto espetacular, alguém saberá cuidar do que ficou em ruínas. Os especialistas já se dividem: alguns falam em oportunidade única de reconstrução democrática, outros temem um vácuo de poder ocupado por militares, facções rivais do chavismo, grupos paramilitares. Há quem veja o risco de transformar o território venezuelano numa nova versão de laboratório de política externa — algo entre o Panamá de 1989 e o Iraque pós-2003, com o adicional de serem tempos em que ninguém mais confia plenamente em ninguém.

O tabuleiro desfigurado está aí: instituições desacreditadas, organismos multilaterais simbólicos, fronteiras frágeis, populações exauridas por crises sucessivas. Cada movimento “ousado” corre o risco de ser último ensaio de um modelo falido e primeiro capítulo de um caos ainda mais difícil de administrar. A captura de Maduro, vista de longe, parece satisfazer instintos primários — a sensação de que, enfim, alguém paga por tantos anos de brutalidade e miséria. Mas basta aproximar a lente para que voltem as perguntas que acompanham toda queda de tirano: quem escolhe o próximo? Em nome de quem? Com que garantias?

Talvez a verdadeira crônica desse experimento não esteja nem em Caracas nem em Washington, mas nos milhões de venezuelanos espalhados pela Colômbia, pelo Brasil, pelas ruas de Santiago, por apartamentos apertados em Madrid, Lisboa, São Paulo. Para eles, a foto de Maduro de uniforme de presidiário americano será menos um clímax moral e mais uma vírgula na frase longa de um exílio forçado. O que eles pediam, desde o começo, não era um troféu humano exibido em cadeia internacional, mas o direito — banal e revolucionário — de voltar a um país que funcione.

Se a captura do ditador vai ajudá-los a rearrumar esse tabuleiro ou apenas acrescentar mais uma camada de complexidade geopolítica a uma tragédia já quase irreconhecível, ninguém sabe. O experimento começou. Como em tantos outros na história, as cobaias são os mesmos de sempre: os que não aparecem nas fotos oficiais, não dão entrevista na porta do presídio e não têm assento em conselho de segurança algum. São elas que, no fim, pagarão a conta de cada jogada feita por quem ainda acredita que o mundo é um grande jogo de xadrez — mesmo quando o tabuleiro, faz tempo, virou caco.